

Gustavo Muzy

Direito Constitucional

Decifrado

2^a
edição

COORDENAÇÃO
Cláudia Barros
Filipe Ávila
Rogério Greco



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 19.12.2022
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M993d

2. ed.

Muzy, Gustavo

Direito constitucional decifrado / Gustavo Muzy ; apresentação da coleção Cláudia Barros Portocarrero, Filipe Ávila, Rogério Greco. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2023.

752 p.; 23 cm. (Decifrado)

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-643-2

1. Direito constitucional – Brasil. 2. Direito constitucional - Problemas, questões, exercícios.
3. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Portocarrero, Cláudia Barros. II. Ávila, Filipe.
III. Greco, Rogério. IV. Título. V. Série.



22-81498

CDU: 342(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

PARTE I **Direito Constitucional Geral**

1.	Conceito, origem e fontes do Direito Constitucional. Constitucionalismo...	3
1.1.	Conceito de Direito Constitucional	3
1.2.	Origem do Direito Constitucional	5
1.3.	Fontes do Direito Constitucional	6
1.4.	Constitucionalismo	7
1.4.1.	Constitucionalismo antigo	7
1.4.2.	Constitucionalismo clássico ou moderno	8
1.4.3.	Neoconstitucionalismo	10
2.	Conceito e elementos caracterizadores do Estado. Formas de Estado. Regimes e sistemas de governo. Regimes políticos. O Estado brasileiro	13
2.1.	Conceito de Estado	13
2.2.	Elementos caracterizadores do Estado	14
2.3.	Personalidade jurídica dos Estados	17
2.4.	Diferença entre Estado e nação	17
2.5.	Diferença entre governo e Administração Pública	18
2.6.	Surgimento e desenvolvimento dos Estados	19
2.7.	Formas de Estado	20
2.7.1.	Federação e confederação	22
2.8.	Formas de governo	23

2.9.	Sistemas de governo	24
2.10.	Regimes políticos.....	25
2.11.	O Estado brasileiro	27
2.11.1.	Níveis da Federação brasileira	27
2.11.2.	Poderes.....	29
2.11.3.	Intervenção.....	30
3.	Constituição: conceito e origem. Poder constituinte.....	31
3.1.	Conceito de Constituição	31
3.2.	Origem das Constituições	35
3.3.	Poder constituinte.....	38
3.3.1.	Conceito.....	38
3.3.2.	Titularidade.....	38
3.3.3.	Espécies de poder constituinte.....	39
3.3.3.1.	Poder constituinte originário ou de primeiro grau	39
3.3.3.2.	Poder constituinte derivado ou de segundo grau.....	40
3.3.4.	Limitações ao poder constituinte derivado.....	41
3.3.4.1.	Restrições ao poder constituinte derivado reformador.	41
3.3.4.2.	Restrições ao poder constituinte derivado decorrente ..	45
3.3.5.	Poder constituinte difuso.....	47
3.3.6.	Revisão constitucional	47
4.	Classificação das Constituições. Classificação das normas constitucionais. Teoria das maiorias	49
4.1.	Classificação das Constituições.....	49
4.1.1.	Classificação quanto à forma	49
4.1.2.	Classificação quanto ao modo de elaboração	50
4.1.3.	Classificação quanto à origem.....	51
4.1.4.	Classificação quanto ao conteúdo	51
4.1.5.	Classificação quanto à estabilidade ou forma de alteração	52
4.1.6.	Classificação quanto à extensão.....	54
4.1.7.	Classificação quanto à ideologia.....	55
4.1.8.	Classificação quanto à correspondência com a realidade	55
4.1.9.	Classificação quanto ao papel ou função.....	56

4.1.10.	Classificação da Constituição de 1988.....	57
4.2.	Classificação das normas constitucionais.....	59
4.2.1.	Classificação quanto à aplicabilidade.....	59
4.2.2.	Classificação quanto à sua função – elementos da Constituição	64
4.2.3.	Classificação quanto ao conteúdo	66
4.2.4.	Classificação quanto à origem.....	67
4.3.	Teoria das maiorias.....	68
5.	Breve histórico das Constituições brasileiras.....	71
5.1.	Introdução	71
5.2.	Constituição de 1824.....	71
5.3.	Constituição de 1891	74
5.4.	Constituição de 1934.....	75
5.5.	Constituição de 1937.....	76
5.6.	Constituição de 1946.....	77
5.7.	Constituição de 1967.....	78
5.8.	Constituição de 1988.....	80
6.	Interpretação das normas constitucionais	83
6.1.	Conceito de interpretação jurídica.....	83
6.2.	Correntes interpretativistas e não interpretativistas	83
6.3.	Métodos de interpretação	85
6.3.1.	Método jurídico	85
6.3.2.	Método tópico-problemático	87
6.3.3.	Método hermenêutico-concretizador.....	88
6.3.4.	Método científico-espiritual.....	90
6.3.5.	Método normativo-estruturante.....	90
6.3.6.	Método da comparação constitucional.....	91
6.4.	Princípios da hermenêutica constitucional.....	91
6.4.1.	Princípio da unidade constitucional.....	91
6.4.2.	Princípio da harmonização	92
6.4.3.	Princípio da justeza ou exatidão funcional	92
6.4.4.	Princípio do efeito integrador.....	93
6.4.5.	Princípio da força normativa ou máxima efetividade	94
6.5.	Mutação constitucional.....	94

7.	Controle de constitucionalidade.....	99
7.1.	Considerações iniciais.....	99
7.2.	Inconstitucionalidade material e formal.....	101
7.3.	Inconstitucionalidade direta e indireta.....	102
7.4.	Inconstitucionalidade por ação e por omissão	103
7.5.	Inconstitucionalidade total e parcial.....	104
7.6.	Inconstitucionalidade originária e superveniente.....	105
7.7.	Recepção constitucional	105
7.8.	Sistemas de controle de constitucionalidade.....	106
7.9.	Controles preventivo e repressivo de constitucionalidade.....	107
7.9.1.	Controle preventivo	107
7.9.2.	Controle repressivo	108
7.10.	Descumprimento de lei considerada inconstitucional pelo Poder Executivo ...	110
7.11.	Possibilidade de controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Contas....	111
7.12.	Interpretação conforme a Constituição.....	111
7.13.	Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto.....	113
7.14.	Controle de constitucionalidade de normas originárias e derivadas.....	114
7.15.	Modelos de controle de constitucionalidade pelo Judiciário.....	114
7.16.	Controle difuso ou aberto de constitucionalidade.....	117
7.16.1.	Abrangência do controle difuso.....	119
7.16.2.	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade incidental	119
7.16.3.	Cláusula de reserva de plenário.....	120
7.16.4.	Recurso extraordinário.....	122
7.16.5.	Possibilidade de extensão dos efeitos da declaração incidental de inconstitucionalidade pelo Senado Federal	124
7.16.6.	Súmulas vinculantes.....	125
7.17.	Controle concentrado ou direto de constitucionalidade.....	128
7.17.1.	Ações cabíveis para a provocação do controle concentrado	129
7.17.2.	Ação direta de inconstitucionalidade (ADI).....	129
7.17.3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO)	151
7.17.4.	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC)	154
7.17.5.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)....	156
7.17.6.	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva (ADI interventiva)....	162
7.17.7.	Fungibilidade das ações de controle concentrado.....	165

7.17.8. Declaração de inconstitucionalidade por arrastamento.....	166
7.17.9. Controle concentrado pelos Tribunais de Justiça.....	167

PARTE II

Direito Constitucional Positivo

8. Preâmbulo e princípios fundamentais.....	175
8.1. Preâmbulo da Constituição.....	175
8.2. Princípios fundamentais.....	176
8.2.1. Fundamentos da República.....	177
8.2.2. Divisão de poderes.....	183
8.2.2.1. Poderes nos diversos entes da Federação.....	186
8.2.3. Objetivos fundamentais da República brasileira.....	188
8.2.4. Princípios de relações internacionais.....	190
9. Teoria geral dos direitos e garantias fundamentais.....	195
9.1. Conceito e evolução histórica dos direitos fundamentais.....	195
9.2. Distinção entre direitos fundamentais e direitos humanos.....	198
9.3. Diferenciação entre direitos e garantias fundamentais.....	199
9.4. Eficácias vertical e horizontal dos direitos humanos.....	199
9.5. Tratados internacionais sobre direitos humanos.....	201
9.6. Relatividade dos direitos fundamentais.....	201
9.7. Características dos direitos fundamentais.....	203
9.8. Status do cidadão perante o Estado – teoria de Jellinek.....	204
9.9. Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	205
9.10. Não taxatividade dos direitos fundamentais.....	206
9.11. Eficácia das normas constitucionais que tratam de direitos fundamentais....	207
9.12. Restrições e suspensões temporárias dos direitos fundamentais.....	207
9.13. Categorização dos direitos fundamentais segundo a nossa Constituição.....	207
10. Direitos e deveres individuais e coletivos.....	209
10.1. Direito à vida.....	209
10.2. Princípio da igualdade.....	210
10.3. Igualdade entre homens e mulheres.....	211
10.4. Princípio da legalidade.....	212

10.4.1. Diferenciação entre o princípio da legalidade e o princípio da reserva legal.....	213
10.5. Proibição da tortura.....	214
10.6. Liberdade de pensamento e direito de resposta.....	215
10.7. Liberdade de consciência e crença religiosa, convicção filosófica ou política.....	219
10.8. Direito à privacidade, à preservação da honra e à imagem.....	223
10.9. Inviolabilidade do domicílio	226
10.10. Inviolabilidade das comunicações.....	229
10.11. Liberdade do exercício profissional.....	232
10.12. Direito à informação	233
10.13. Direito à locomoção dentro do território nacional.....	234
10.14. Direito de reunião.....	235
10.15. Direito de associação.....	237
10.16. Direito de propriedade.....	241
10.17. Desapropriação	244
10.18. Requisição administrativa	246
10.19. Impenhorabilidade do pequeno imóvel rural.....	247
10.20. Direitos do autor e de participação em obras coletivas	248
10.21. Direitos do inventor e proteção da marca	250
10.22. Direitos relativos à sucessão causa mortis.....	250
10.23. Direitos do consumidor	251
10.24. Direito à obtenção de informações de órgãos públicos.....	251
10.25. Direito de petição e obtenção de certidões	253
10.26. Apreciação de lesão ou ameaça de lesão pelo Poder Judiciário.....	254
10.27. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.....	257
10.28. Proibição de juízo de exceção e princípio do juiz natural.....	259
10.29. Júri popular.....	261
10.30. Princípio da reserva legal penal ou princípio da legalidade do Direito Penal ...	264
10.31. Princípio da irretroatividade da lei penal.....	265
10.32. Atentado aos direitos e liberdades fundamentais.....	266
10.33. Racismo, tortura, tráfico de drogas, terrorismo, crimes hediondos e atentado contra a ordem constitucional e o Estado democrático.....	267
10.34. Intransferibilidade da pena	269
10.35. Individualização e tipos de penas.....	269
10.36. Penas proibidas	270
10.37. Direitos dos condenados.....	271

10.38. Extradicação.....	272
10.39. Disposições processuais.....	273
10.40. Presunção de inocência.....	275
10.41. Vedação de identificação criminal ao civilmente identificado	275
10.42. Ação penal privada subsidiária.....	276
10.43. Publicidade dos atos processuais.....	277
10.44. Hipóteses de prisão.....	277
10.45. Direitos do detido.....	278
10.46. Prisão civil	281
10.47. Remédios constitucionais.....	282
10.47.1. Habeas corpus.....	282
10.47.2. Mandado de segurança.....	283
10.47.3. Mandado de injunção	286
10.47.4. Habeas data	289
10.47.5. Ação popular.....	290
10.48. Assistência jurídica.....	291
10.49. Indenização por erro judiciário	292
10.50. Gratuidades	292
10.51. Razoável duração do processo	293
10.52. Proteção dos dados pessoais.....	294
10.53. Disposições gerais.....	295
11. Direitos sociais.....	297
11.1. Introdução	297
11.2. Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.....	299
11.2.1. Proteção contra despedida sem justa causa	299
11.2.2. Seguro-desemprego.....	299
11.2.3. FGTS	300
11.2.4. Salário mínimo	300
11.2.5. Piso salarial.....	301
11.2.6. Irredutibilidade do salário.....	301
11.2.7. Salário mínimo para os que recebem remuneração variável.....	302
11.2.8. Décimo terceiro salário.....	302
11.2.9. Adicional noturno	303
11.2.10. Proteção do salário.....	303

11.2.11. Participação nos lucros e resultados	303
11.2.12. Salário-família	304
11.2.13. Jornada de trabalho	304
11.2.14. Descanso semanal.....	305
11.2.15. Horas extras.....	306
11.2.16. Férias anuais e respectivo adicional	306
11.2.17. Licença-maternidade	307
11.2.18. Licença-paternidade.....	307
11.2.19. Proteção ao mercado de trabalho feminino.....	308
11.2.20. Aviso prévio.....	308
11.2.21. Redução dos riscos do trabalho.....	308
11.2.22. Adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade	308
11.2.23. Aposentadoria.....	309
11.2.24. Assistência em creches e pré-escolas.....	310
11.2.25. Reconhecimento das convenções e acordos coletivos	310
11.2.26. Proteção face à automação	310
11.2.27. Seguro contra acidentes de trabalho	311
11.2.28. Ações trabalhistas	311
11.2.29. Proibição de discriminação profissional.....	312
11.2.30. Idade mínima para o trabalho	313
11.2.31. Trabalhador avulso.....	314
11.2.32. Trabalhador doméstico	314
11.3. Associação profissional e sindical.....	315
11.3.1. Independência dos sindicatos.....	316
11.3.2. Unicidade sindical.....	317
11.3.3. Possibilidade de cobrança de contribuição dos filiados	317
11.3.4. Voluntariedade da participação em sindicatos.....	318
11.3.5. Obrigatoriedade da participação dos sindicatos profissionais nas negociações coletivas.....	318
11.3.6. Estabilidade do dirigente sindical	318
11.4. Direito de greve.....	318
11.5. Outras disposições.....	319
12. Direitos de nacionalidade.....	321
12.1. Introdução	321

12.2.	Nacionais e estrangeiros.....	321
12.3.	Brasileiros natos.....	322
12.4.	Brasileiros naturalizados.....	324
12.5.	Equiparação entre o brasileiro e o português residente no Brasil.....	325
12.6.	Proibição de diferenciação entre brasileiros natos e naturalizados.....	326
12.7.	Cargos exclusivos de brasileiros natos.....	326
12.8.	Perda da nacionalidade brasileira.....	328
12.9.	Idioma oficial e símbolos da República Federativa do Brasil.....	329
13.	Direitos políticos.....	331
13.1.	Introdução.....	331
13.2.	Exercício da soberania popular.....	331
13.3.	Plebiscito, referendo e iniciativa popular.....	333
13.4.	Capacidade eleitoral ativa e passiva.....	334
13.5.	Alistamento eleitoral e dever de votar.....	334
13.5.1.	Proibidos de votar.....	335
13.6.	Requisitos para ser candidato.....	335
13.7.	Condições de elegibilidade.....	337
13.8.	Impugnação de mandato.....	339
13.9.	Consultas populares sobre questões locais.....	340
13.10.	Perda e suspensão dos direitos políticos.....	340
13.11.	Princípio da anterioridade eleitoral.....	342
14.	Partidos políticos.....	345
14.1.	Introdução.....	345
14.2.	Criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.....	346
14.3.	Autonomia dos partidos políticos.....	347
14.4.	Obrigatoriedade de registro no TSE.....	347
14.5.	Cláusula de barreira.....	348
14.6.	Proibição de vinculação a entidades paramilitares.....	349
14.7.	Perda de mandato por troca de partido.....	350
14.8.	Investimento na participação política feminina.....	350
15.	Da organização político-administrativa.....	351
15.1.	Introdução.....	351

15.2.	Regras gerais acerca da organização político-administrativa	351
15.2.1.	Territórios federais	352
15.2.2.	Criação, incorporação, fusão, subdivisão e desmembramento de Estados e Municípios	353
15.2.3.	Regras especiais aplicáveis à criação de Estado	355
15.3.	Vedações	356
15.4.	Da União	357
15.4.1.	Bens da União	357
15.4.2.	Competências administrativas da União.....	361
15.4.3.	Competências legislativas da União.....	364
15.4.4.	Competências administrativas comuns à União, Estados, DF e Municípios.....	366
15.4.5.	Competências legislativas concorrentes entre a União, Estados e DF	367
15.5.	Dos Estados	369
15.5.1.	Bens dos Estados	372
15.5.2.	Disposições sobre os deputados estaduais	372
15.5.3.	Disposições sobre os governadores de Estados	373
15.6.	Dos Municípios.....	373
15.6.1.	Leis orgânicas.....	373
15.6.2.	Despesa total dos legislativos municipais.....	375
15.6.3.	Competências dos Municípios.....	376
15.6.4.	Fiscalização dos Municípios.....	377
15.7.	Do Distrito Federal.....	379
15.8.	Dos territórios federais	380
15.9.	Intervenção	381
15.9.1.	Intervenção federal nos Estados.....	382
15.9.1.1.	Intervenção federal espontânea e provocada.....	383
15.9.2.	Intervenção estadual nos Municípios	384
15.9.3.	Votação da intervenção.....	385
15.9.4.	Controle pelo Poder Judiciário	386
16.	Administração Pública	387
16.1.	Introdução	387
16.2.	Administração direta e indireta.....	387
16.3.	Princípios da Administração Pública.....	389

16.4.	Acesso aos cargos e empregos públicos	393
16.5.	Concursos públicos	394
16.6.	Direito de greve e associação sindical do servidor	399
16.7.	Pessoas com deficiência	400
16.8.	Contratações temporárias.....	401
16.9.	Remuneração dos servidores	402
16.10.	Acumulação de cargos públicos.....	407
16.11.	Precedência da administração fazendária	409
16.12.	Criação de entidades da administração indireta e suas subsidiárias	409
16.13.	Licitação	410
16.14.	Essencialidade da administração tributária	412
16.15.	Outras disposições do art. 37	412
16.15.1.	Publicidade dos atos de governo	412
16.15.2.	Participação do usuário na Administração Pública.....	413
16.15.3.	Atos de improbidade administrativa.....	414
16.15.4.	Prescrição de ilícitos administrativos e imprescritibilidade da ação de ressarcimento	416
16.15.5.	Responsabilidade objetiva do Estado.....	416
16.15.6.	Informações privilegiadas	418
16.15.7.	Contratos de gestão	418
16.15.8.	Vedação à acumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo	419
16.15.9.	Readaptação do servidor	419
16.16.	Servidor eleito para cargo público.....	420
16.17.	Normas gerais aplicáveis aos servidores públicos	422
16.17.1.	Direitos trabalhistas aplicáveis aos servidores públicos	423
16.17.2.	Remuneração por subsídio.....	424
16.17.3.	Disposições diversas.....	425
16.18.	Regime de previdência do servidor público.....	426
16.18.1.	Categorias de aposentadoria do servidor público	428
16.18.2.	Cálculo dos proventos de aposentadoria.....	429
16.18.3.	Aposentadoria especial	430
16.18.4.	Pensão por morte do servidor	430
16.18.5.	Proibição de contagem de tempo de contribuição fictício.....	431
16.18.6.	Teto de aposentadoria e pensões no serviço público	431

16.18.7. Normas gerais de organização dos regimes próprios de aposentadoria	431
16.18.8. Cassação da aposentadoria.....	432
16.18.9. Tabeliães e oficiais de registros públicos.....	432
16.19. Estabilidade do servidor público	433
16.19.1. Estágio probatório	436
16.20. Militares	436

PARTE III

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

17. Poder Legislativo.....	441
17.1. Introdução	441
17.2. Congresso Nacional.....	442
17.2.1. Competências legislativas do Congresso Nacional	443
17.2.2. Competências exclusivas do Congresso Nacional.....	444
17.2.3. Câmara dos Deputados.....	446
17.2.4. Senado Federal.....	447
17.2.5. Quórum para deliberação	450
17.2.6. Legislatura, sessão legislativa e período legislativo	450
17.3. Dos deputados e senadores	451
17.3.1. Imunidade material e formal dos parlamentares e competência para seu julgamento	451
17.3.2. Outras prerrogativas parlamentares.....	455
17.3.3. Restrições aos deputados e senadores.....	455
17.3.4. Suplentes	456
17.3.5. Perda do mandato de deputado ou senador	457
17.4. Mesas do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado.....	458
17.5. Comissões.....	459
17.5.1. Comissões Parlamentares de Inquérito	460
17.5.2. Comissão representativa do Congresso Nacional	463
17.6. Do processo legislativo.....	463
17.6.1. Conceito.....	463
17.6.2. Espécies normativas	464
17.7. Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária	475

17.7.1.	Tribunal de Contas da União	476
17.7.1.1.	Competências do Tribunal de Contas da União.....	477
17.7.1.2.	Sustação de contrato administrativo pelo Congresso Nacional	479
17.7.1.3.	Eficácia das decisões do TCU que imputarem débito ou multa	480
17.7.1.4.	Garantia do contraditório nos julgamentos pelo TCU..	480
17.7.1.5.	Relatórios do TCU ao Congresso Nacional	480
17.7.1.6.	Reprodução pelos demais entes federados das normas aplicáveis ao controle externo	481
17.7.1.7.	Composição do TCU	481
17.7.1.8.	Garantias e prerrogativas dos ministros do TCU.....	482
17.7.2.	Tribunais de Contas dos Estados e Municípios	482
17.7.3.	Controles internos dos Poderes.....	483
18.	Poder Executivo.....	485
18.1.	Introdução	485
18.2.	Do Presidente e do Vice-Presidente da República	485
18.2.1.	Eleição do Presidente e do Vice	486
18.2.2.	Posse do Presidente e do Vice	486
18.2.3.	Substituição do Presidente da República.....	487
18.2.4.	Das atribuições do Presidente da República	489
18.2.5.	Da responsabilidade do Presidente da República	493
18.2.6.	Processo de <i>impeachment</i>	495
18.2.7.	Prisão do Presidente da República	497
18.3.	Dos ministros de Estado	498
18.4.	Dos Conselhos da República e de defesa nacional.....	499
18.4.1.	Conselho da República	499
18.4.2.	Conselho de Defesa Nacional	500
19.	Poder Judiciário.....	503
19.1.	Introdução	503
19.2.	Órgãos do Poder Judiciário	504
19.3.	Lei Orgânica da Magistratura	505
19.4.	Quinto constitucional	514
19.5.	Garantias dos juízes	516

19.5.1.	Vitaliciedade.....	516
19.5.2.	Inamovibilidade.....	516
19.5.3.	Irredutibilidade do subsídio.....	517
19.6.	Vedações aos juízes.....	517
19.7.	Competências privativas dos tribunais.....	518
19.8.	Juizados especiais e de paz.....	520
19.9.	Custas e emolumentos	521
19.10.	Autonomia do Poder Judiciário.....	522
19.11.	Precatórios.....	523
19.11.1.	Resumo sobre precatórios	525
19.12.	Supremo Tribunal Federal.....	530
19.12.1.	Composição do STF.....	530
19.12.2.	Competências do STF.....	531
19.12.2.1.	Competências originárias do STF	532
19.12.2.2.	Competências recursais do STF.....	537
19.13.	Conselho Nacional de Justiça.....	539
19.14.	Superior Tribunal de Justiça.....	543
19.14.1.	Composição do STJ.....	543
19.14.2.	Competências do STJ.....	543
19.14.2.1.	Competências originárias.....	543
19.14.2.2.	Competências recursais	545
19.14.2.3.	Comparativo entre as competências do STF e do STJ ...	548
19.14.2.4.	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Conselho da Justiça Federal.....	550
19.15.	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais.....	550
19.15.1.	Composição dos Tribunais Regionais Federais.....	551
19.15.2.	Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	552
19.15.3.	Competência dos juízes federais.....	554
19.16.	Tribunais e Juízes do Trabalho.....	557
19.16.1.	Tribunal Superior do Trabalho (TST).....	558
19.16.2.	Tribunais Regionais do Trabalho (TRT).....	558
19.16.3.	Juízes do Trabalho	559
19.16.4.	Competência da Justiça Trabalhista	559
19.17.	Tribunais e juízes eleitorais.....	561
19.17.1.	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	561

19.17.2. Tribunais Regionais Eleitorais (TRE).....	562
19.17.3. Juízes e juntas eleitorais	563
19.18. Dos Tribunais e Juízes Militares	563
19.19. Tribunais e Juízes dos Estados	564
19.19.1. Julgamento de prefeito pelos Tribunais de Justiça.....	565
19.19.2. Justiça Militar Estadual.....	565
19.19.3. Outras disposições.....	566
20. Funções essenciais à Justiça.....	567
20.1. Introdução	567
20.2. Ministério Público	567
20.2.1. Autonomia do Ministério Público	568
20.2.2. Características gerais.....	569
20.2.3. Princípios institucionais	570
20.2.4. Estrutura do Ministério Público.....	572
20.2.5. Ministério Público de Contas	573
20.2.6. Ministério Público Eleitoral	573
20.2.7. Garantias e vedações	574
20.2.8. Atribuições do Ministério Público	574
20.2.9. Ingresso na carreira	575
20.2.10. Equiparação ao Poder Judiciário	576
20.2.11. Conselho Nacional do Ministério Público	576
20.3. Advocacia pública.....	578
20.4. Advocacia	579
20.5. Defensoria Pública.....	580
21. Defesa do Estado e das instituições democráticas.....	585
21.1. Introdução	585
21.2. Do estado de defesa e do estado de sítio.....	585
21.2.1. Disposições gerais.....	585
21.2.2. Estado de defesa.....	586
21.2.3. Estado de sítio	587
21.3. Das Forças Armadas.....	590
21.4. Da segurança pública	591
21.4.1. Órgãos de segurança pública	592

21.4.1.1.	Polícia Federal.....	592
21.4.1.2.	Polícia Rodoviária Federal.....	593
21.4.1.3.	Polícia Ferroviária Federal.....	593
21.4.1.4.	Polícias Cíveis e Militares	594
21.4.1.5.	Polícias Penais	594
21.5.	Guardas municipais.....	595
21.6.	Segurança viária.....	595
22.	Sistema Tributário Nacional.....	597
22.1.	Introdução	597
22.2.	Características de cada espécie de tributo.....	598
22.3.	Princípios gerais do sistema tributário nacional	601
22.3.1.	Competência para instituição dos tributos	601
22.3.1.1.	Impostos, taxas e contribuições de melhoria.....	602
22.3.1.2.	Contribuições especiais.....	602
22.3.1.3.	Empréstimos compulsórios.....	603
22.3.2.	Caráter pessoal dos impostos.....	604
22.3.3.	Exigência de lei complementar	604
22.4.	Limitações constitucionais ao poder de tributar	605
22.4.1.	Imunidades tributárias.....	605
22.4.2.	Princípios constitucionais tributários.....	613
22.5.	Competência para criação de impostos.....	624
22.5.1.	Impostos da União	624
22.5.2.	Impostos dos Estados.....	625
22.5.3.	Impostos dos Municípios	626
22.6.	Repartição das receitas tributárias.....	628
23.	Finanças públicas.....	633
23.1.	Introdução e conceito de orçamento.....	633
23.2.	Princípios orçamentários.....	634
23.3.	Créditos adicionais	636
23.4.	Receitas e despesas correntes e de capital.....	638
23.5.	Regulamentação do orçamento por Estados, Distrito Federal e Municípios	638
23.6.	Disposições constitucionais gerais	639
23.6.1.	Matérias reservadas à lei complementar.....	639

23.6.2.	Banco Central do Brasil.....	640
23.7.	Dos orçamentos	641
23.7.1.	Plano Plurianual (PPA).....	642
23.7.2.	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	644
23.7.3.	Lei Orçamentária Anual (LOA).....	645
23.7.4.	Regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações por conta de calamidade pública nacional	650
23.8.	Gastos com pessoal.....	651
24.	Ordem econômica e financeira.....	653
24.1.	Introdução	653
24.2.	Princípios gerais da atividade econômica.....	653
24.2.1.	Investimento estrangeiro	657
24.2.2.	Exercício de atividade econômica pelo Estado.....	657
24.2.3.	Regulação e fiscalização da atividade econômica pelo Estado	659
24.2.4.	Serviços públicos	660
24.2.5.	Jazidas, recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	661
24.2.6.	Monopólios da União	662
24.2.7.	Cide Combustíveis.....	663
24.2.8.	Demais disposições gerais sobre a ordem econômica e financeira..	663
24.3.	Da política urbana	665
24.3.1.	Usucapião	667
24.4.	Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária	668
24.5.	Do Sistema Financeiro Nacional	670
25.	Ordem social	673
25.1.	Introdução	673
25.2.	Da seguridade social.....	673
25.2.1.	Objetivos ou princípios da seguridade social	675
25.2.2.	Financiamento da Seguridade Social.....	678
25.2.3.	Da saúde.....	682
25.2.3.1.	Sistema Único de Saúde (SUS).....	683
25.2.4.	Da previdência social.....	685
25.2.4.1.	Aposentadoria pelo regime geral.....	688
25.2.4.2.	Previdência privada.....	690

25.2.5.	Da assistência social.....	691
25.2.5.1.	Diretrizes da assistência social.....	691
25.2.5.2.	Vinculação de receitas estaduais à assistência social	692
25.3.	Da educação, da cultura e do desporto.....	692
25.3.1.	Da educação.....	692
25.3.1.1.	Princípios constitucionais.....	694
25.3.1.2.	Universidades.....	694
25.3.1.3.	Deveres do Estado para com a educação.....	695
25.3.1.4.	Prestação de serviços educacionais pela iniciativa privada.....	696
25.3.1.5.	Fixação de conteúdos mínimos para a educação fundamental.....	696
25.3.1.6.	Responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios no que se refere à educação.....	697
25.3.1.7.	Salário-educação.....	699
25.3.1.8.	Repasses de recursos a entidades privadas de educação....	699
25.3.1.9.	Plano nacional de educação.....	699
25.3.2.	Da cultura.....	700
25.3.2.1.	Plano nacional de cultura.....	700
25.3.2.2.	Patrimônio cultural brasileiro.....	701
25.3.2.3.	Sistema Nacional de Cultura.....	702
25.3.3.	Do desporto.....	703
25.3.3.1.	Justiça desportiva.....	704
25.4.	Da ciência, tecnologia e inovação.....	705
25.5.	Da comunicação social.....	706
25.5.1.	Concessão de serviços de radiodifusão sonora e de sons e de imagens.....	709
25.6.	Do meio ambiente.....	710
25.7.	Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso.....	713
25.7.1.	Da família.....	713
25.7.2.	Das crianças, adolescentes e jovens.....	714
25.7.3.	Dos idosos.....	717
25.8.	Dos índios.....	718
	Referências.....	721